ATA DA 415ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Moraes Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Alexandre Orsi Netto, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Kathya Beja Romero, Pedro Antonio de Avellar, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausente justificadamente o Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Presidente iniciou a sessão às 10h06min, justificando a ausência do Defensor Geral, em razão de reunião junto ao Colégio de Defensores Públicos Gerais. Comunicou que havia sido encerrado o planejamento estratégico dos Núcleos Especializados, em razão do destaque que a instituição possui na atuação dos Núcleos na defesa dos Direitos Humanos, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 80. Relatou que foi realizada uma opção por realizar um planejamento global, destacando os principais eixos e o trabalho conjunto, especialmente a definição de missão, desafios e valores a serem enfrentados. Nesse sentido, considerou que a realização de parcerias permitirá um planejamento que sirva de referência para os próximos dez anos, nos moldes do programa desenvolvido pelo Ministério Público. Comunicou sobre a assinatura de novos três convênios com faculdades de Direito, e afirmou que a instituição busca novas parcerias, visando aproximar as universidades e minimizar as indicações, que consequentemente trará forte economia do Fundo de Assistência Judiciária. Comunicou que, na última semana, havia recebido a visita do Vice Presidente do Tribunal de Contas do Estado, e relatou que na oportunidade surgiram ideias de desenvolvimento de projetos em parceria entre as instituições, inclusive a capacitação de Defensores e Servidores. Comunicou que, em razão da aprovação da Deliberação que trata sobre as cotas, a Administração Superior identificou a necessidade de refazimento do edital e da carta convite para a contratação da empresa responsável pelo concurso de ingresso de Defensores Públicos. Informou que, em breve, será enviado o pedido formal para nomeação do Presidente da Banca Examinadora, e em seguida iniciar as inscrições dos Defensores interessados em compor a Banca Examinadora do VII Concurso de Defensor Público. Sinalizou que a intenção da administração superior é realizar o certame no segundo semestre de 2015, tendo a posse prevista para o primeiro semestre de 2016. Registrou a recente publicação do ato normativo instituindo cotas para negros e índios nos concursos de Servidores, conforme aprovado pelo Conselho Superior, no tocante ao certame de Defensores. Após, passaram-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Horacio Xavier em razão de férias. Após, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à única inscrita, Érica Meireles, Representante da Associação dos Servidores. Ela informou que a entidade de classe esteve, juntamente com a Apadep, na Assembléia Legislativa de São Paulo, a fim de darem inicio a articulação política em prol dos projetos que estão previstos para serem encaminhados pela Defensoria Pública. Informou que esteve em reunião com o Ouvidor Geral para tratar do processo CSDP nº 355/14, e manifestou sua contribuição no parecer anexado aos autos. Pediu que o Colegiado se debruçasse sobre a possibilidade de instituir gratificação aos servidores, via deliberação, em contrapartida ao acumulo de funções em caráter de substituição. Pediu que houvesse uma alternativa para viabilizar afastamentos perenes de servidores, do mesmo modo como existe para os Defensores, e sugeriu a aplicação de modelo semelhante aos de macrorregiões. Por fim, pleiteou a designação de vagas existentes no contingente para distribuições. O Presidente respondeu que, no caso da servidora que aguarda o afastamento para interesses particulares, os pontos apresentados serão levados em consideração, mas pediu a compreensão para aguardar a análise do Colegiado. Após, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Conselheira Kathya Beja informou que, nesta semana, a Corregedoria Geral havia divulgado um comunicado contendo a recomendação de que fosse informado claramente aos usuários da Defensoria Pública que todos os serviços prestados são totalmente gratuitos. Apontou que foram

realizados três comunicados, sobre os assuntos: a) valores de cobrança; b) sobre atos judiciais; e, c) descredenciamento por ausência de técnica. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira destacou que, no último sábado, a audiência pública teve a participação de usuários da instituição, que fizeram considerações, criticas e elogios ao atendimento, além da presença de Servidores, Defensores, Subouvidores, Defensor-Geral, Segundo Subdefensor, Corregedor Auxiliar e do Coordenador do atendimento inicial da Capital. Registrou que tinha encaminhado aos Conselheiros e aos demais órgãos da instituição uma súmula com o resultado da audiência pública, e anunciou que outras audiências sobre o mesmo assunto ocorreriam nas Unidades de Guarulhos e Itaquaquecetuba. Agradeceu o apoio da Edepe e da Defensoria Pública-Geral pelo apoio na realização da audiência. O Conselheiro Bruno Napolitano discorreu sobre a importância de ouvir as diversas manifestações, visando aprimorar o atendimento da instituição. Parabenizou o Ouvidor Geral pela realização da audiência pública e pela condução da presidência do evento, que transcorreram de forma profícua. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira mostrou preocupação com relação a tramitação do projeto acerca da redução da maioridade penal, e lembrou que o Núcleo Especializado da Infância e Juventude havia se manifestado, porém considerou importante que a Defensoria Pública-Geral também se manifeste na oposição a essa emenda constitucional. Relatou que, na ultima segunda, havia sido realizado um encontro de Subouvidores, a fim de serem discutidas as questões locais e a importância dos ciclos de conferências, além da participação dos Subouvidores. Comunicou que o mandato dos Subouvidores e dos membros do Conselho Consultivo da Ouvidoria se encerra no mês de maio, e comunicou também que o prazo de inscrições para os interessados na função de Defensor Subouvidor será até a próxima quarta-feira, colocando à Ouvidoria Geral à disposição para auxiliar na elaboração dos projetos. O Presidente relatou que a Primeira Subdefensoria também realiza algumas reuniões, visando planejar as conferências, e salientou a importância do engajamento no ciclo de conferências, pois representa um momento de aproximação com a sociedade civil, além de um momento de aprendizagem com as sugestões apresentadas. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira considerou importante a aproximação constante da Defensoria Pública com a sociedade civil através dos ciclos de conferência ou por eventos, mas avaliou a necessidade de oferecer um retorno à sociedade civil sobre o plano de atuação que abarcam as propostas aprovadas nos ciclos de conferência, e são discutidas no âmbito do Conselho Superior. O Presidente esclareceu que o plano de atuação havia sido encaminhado ao Conselho Superior com metas possíveis de serem cumpridas, além de registrar que neste momento há avanços impossíveis. A Representante da Apadep, Franciane Marques narrou ter recebido a informação de que o Condege participaria da campanha do dia Nacional da Defensoria Pública, e solicitou uma organização conjunta das atividades a serem desenvolvidas. Agradeceu à Administração Superior pela substituição das carteiras funcionais que estavam prestes a vencer. Solicitou que, o mais breve possível, o Colegiado iniciasse a apreciação do projeto remuneratório. Aproveitou o ensejo, e comunicou que esteve em visita à Unidade de São José do Rio Preto, e observou que os Defensores Públicos desejavam ser ouvidos com relação ao modelo de triagem. Citou que a unidade recebeu onze novos computadores, que ainda não haviam sido instalados, e relatou que, com relação à infraestrutura, os Defensores locais têm receio de perder a sala ocupada atualmente no fórum. Complementou que, por conta do inicio das visitas aos presos provisórios, a unidade conta apenas com uma viatura, sugerindo que fosse disponibilizado outro veiculo, a fim de dar conta de várias funções administrativas. O Conselheiro Luis Gustavo considerou que o atendimento inicial é muito delicado para as unidades do interior, em razão de um déficit estrutural causado pelo crescimento continuo da demanda, de modo que considerou importante que, neste momento de reformulação, os Defensores tragam suas contribuições. Com relação a Unidade de São José do Rio Preto, manifestou que a Segunda e a Terceira Subdefensoria, conjuntamente com a Assessoria da Qualidade e a Assessoria Civel já se reuniram, a fim de trabalharem com as manifestações colhidas, o que resultará em adequações ao projeto. Com relação à Coordenadoria de Tecnologia da Informação, explicou que há uma demanda intensa, sendo que a instalação dos sistemas Defensoria Online e Modulo de Indicações devem ser finalizadas as instalações até abril em todo o Estado. Contudo, informou que já um planejamento para que o remanejamento dos computadores e a instalação dos equipamentos pendentes sejam feitos a partir da segunda semana de abril. Com relação à sala do fórum, informou que houve uma empresa contratada para a instalação de

divisórias e da rede provisória em São José do Rio Preto. Nesse sentido, informou que entrará em contato com a CGA, que tem um cronograma de entrega das divisórias, e também com a CTI, que deve finalizar a instalação da rede em meados de abril. Por fim, com relação às viaturas, informou que há um processo de licitação em andamento para aquisição de veículos institucionais, mas explicou que há critérios específicos para destinação dos mesmos, comprometendo-se em entrar em contato na unidade, visando entender a situação e estudar a viabilidade de destinar um veiculo para o local. O Conselheiro Rafael Bessa pediu atenção especial sobre a sala de fórum da Unidade de São José do Rio Preto, pois a obtenção do espaço havia sido complexa. Complementou que a unidade precisa do incremento de mais dois Defensores Públicos para atuação na área criminal, tendo em vista que duas varas criminais estão descobertas. Por fim, acrescentou que havia um agravante recente, pois havia sido rompido o convênio com a faculdade que cobria essas varas. O Conselheiro Luis Gustavo argumentou que a temática certamente seria discutida no processo sobre a distribuição de cargos, e opinou que seria necessário receber reforço da triagem, além de cobrir as varas em locais onde a instituição já esta presente. A Representante da Apadep, Franciane Marques indagou sobre as tratativas com o Tribunal de Justiça, com relação ao acréscimo de Juízes no Fórum da Infância e Juventude. O Conselheiro Bruno Napolitano respondeu como Segundo Subdefensor que havia encaminhado um e-mail ao Coordenador da Regional logo depois de relatada a questão, mas aguardava o retorno. A Conselheira Kathya Beja mostrou preocupação da Corregedoria Geral em relação a qualificação técnica dos estagiários da instituição. Refletiu se seria correto processar um estagiário para descredenciamento, diante da contratação realizada pela própria instituição. Observou que na proposta do Conselheiro Bruno Napolitano o desenvolvimento de uma nova sistemática para seleção descentralizada de estagiários. Nesse sentido, considerou pertinente que na reforma da lei orgânica da instituição fosse avaliada a possibilidade de adequar, sem engessar os modelos. O Conselheiro Luis Gustavo considerou que no interior há grande dificuldade de encontrar qualidade na mão de obra, e acrescentou que o ideal seria qualificar o processo seletivo. Contudo, identificou que ao tentar mudar o processo houve uma limitação imposta pela lei orgânica, que prevê uma forma específica de seleção. Nesse sentido, sugeriu propor uma alteração nesse aspecto no projeto de adequação da LC nº 988/06. A Conselheira Kathya Beja informou que, na próxima semana, a Corregedoria Geral se reunirá com a Coordenadoria Geral de Administração, visando tratar sobre a questão, e sugeriu que a Edepe participasse do encontro, de modo que pudesse auxiliar na capacitação dos estagiários. O Conselheiro Luiz Eduardo parabenizou à Primeira Subdefensoria sobre a realização de um planejamento estratégico dos Núcleos Especializados e da Administração, pedindo que os objetivos e metas fossem apresentados ao Conselho Superior e compartilhados com a carreira. Indagou sobre a previsão de realização do concurso de Defensor Público, e manifestou a necessidade de discutir-se conjuntamente a distribuição de cargos. Por fim, indagou se haveria prorrogação do prazo do inicio das atividades de atendimento a presos provisórios no interior e região metropolitana, que estava previsto para ter inicio em primeiro de abril. Com relação à proposta de distribuição de cargos, o Presidente respondeu que até o mês de maio será apresentado o projeto de distribuição de cargos, possibilitando a discussão nos próximos sete meses, e mostrou a necessidade de pensar estrategicamente, de modo que a expansão fosse realizada de forma robusta nos próximos concursos. Com relação ao atendimento aos presos provisórios, o Conselheiro Bruno Napolitano respondeu que a Segunda e a Terceira Subdefensoria estão empreendendo esforços para uma proposta intermediária, contemplando a área cível e criminal. Adicionou que a proposta está sendo finalizada, nos moldes das sugestões colhidas pelos Coordenadores, além da consulta pública realizada. Comunicou que, até pelo menos meados de abril, o inicio das visitas aos CDP's está suspensa, visando concluir todas as pendências. Aproveitou o ensejo e comunicou que a Segunda Subdefensoria visitou, nesta semana, a Unidade de Diadema, e agradeceu a receptividade de todos os envolvidos, elogiando a estrutura e a organização local. Na oportunidade, relatou que havia participado de uma reunião com o Diretor do Fórum de Santo André, visando avançar nas tratativas de obter um espaço mais amplo para atuação dos Defensores Públicos. Relatou que o Diretor havia sido muito solicito, e que a Presidência do Tribunal de Justiça estaria ciente da situação local, acreditando que a intermediação trará resultados positivos à instituição. Após as manifestações, o Presidente ressaltou que a atual gestão se baliza por algumas premissas fundamentais, as quais

sejam: a) Profissionalização das atividades, incluindo a gestão de pessoas, o investimento nos Defensores, Servidores e Estagiários, capacitando e construindo as carreiras dignas do ponto de vista remuneratório; b) Transparência, tanto para sociedade civil, como internamente; e, c) Gestão democrática, realizando reuniões periódicas com os Coordenadores e a escuta de Servidores e Defensores. Por fim, citou ainda o objetivo de reforçar a imagem da Defensoria Pública como uma instituição profissional, séria e madura, que presta um serviço qualificado. Relatou que havia participado de um curso com diversas Secretarias de Estado para a construção do plano plurianual, e avaliou que a Defensoria Pública evoluiu em seu processo de planejamento, em comparação com outros órgãos e instituições. Nesse sentido, explicou que será elaborado um planejamento estratégico com a participação de todos, visando à preparação prévia e previsão orçamentária para o futuro. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou para discussão as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 498/15. Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "Curso de Defensores Públicos com autuação na Infância e Juventude", a ser realizado no dia 27 de março de 2015. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator noticiou que o processo havia sido votado na sessão passada, mas apontou que havia chegado à informação nos autos contendo a complementação de documentos de um Defensor de Caraguatatuba e de Servidor de São Carlos, além da desistência de um Defensor Público. Após a explicação, votou pela homologação da desistência da Defensora Pública Adriana Goulart Penteado Kalil Issa. No que tange ao caso da Servidora Raquel, informou que a Secretaria do Conselho tinha recebido, na última sexta-feira, a entrega da documentação complementar da Coordenação via malote, nesse sentido votou pela retificação do extrato de ata e pelo afastamento da interessada. Com relação ao caso do Defensor João Paulo Bonatelli, informou que se vira igualmente decidido na sessão anterior, motivo pelo qual ele encaminhou a complementação das documentações, em razão da incidência do enunciado CSDP nº 04, nesse sentido votou pela retificação do extrato de ata e pelo afastamento do interessado. Por fim, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência da Defensora Pública Adriana Goulart Penteado Kalil Issa, e deferir o afastamento da Servidora Raquel Hosana de Souza, após apresentação de documentação complementar. Deliberou ainda, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, após a apresentação da documentação intempestivamente, deferir o afastamento do Defensor Público João Paulo Bonatelli. Vencidos os Conselheiros Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza e Wagner Ribeiro de Oliveira, que votavam pela manutenção do indeferimento do afastamento. CSDP nº 487/15. Interessado: João Henrique Imperia Martini. Assunto: Impugnação ao resultado do concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2014, publicado no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o pedido, justificando que o requerente utilizou como base a lista de antiguidade publicada no Diário Oficial de dez de janeiro do corrente ano, quando deveria ser considerada a lista publicada no dia três de dezembro de 2014. Apontou que a lista de antiguidade havia sido publicada e no período de impugnação não houve recursos. O Presidente encaminhou para discussão, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, negar provimento a impugnação do interessado. CSDP nº 486/15. Interessada: Ana Rita Souza Prata. Assunto: Impugnação ao resultado do concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2014, publicado no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o pedido de recurso, tendo em vista que havia pedido expresso de juntada integral do processo de promoção relativo ao ano de 2013, nesse sentido, caso aprovado, encaminharia os autos para a relatora, de modo que pudesse ser realizada a recontagem da pontuação. Informou que houve a juntada de peça jurídica produzida pela recorrente dentro do período especificado no edital, cumprindo os requisitos formais. A Conselheira Kathya Beja considerou ser caso de indeferimento, pois a peça era posterior ao edital. O Conselheiro Pedro Avellar refletiu sobre a peça processual em certame anterior, e por estar apensado aos autos, deva ser considerado. O Conselheiro Luiz Eduardo indagou se a nova peça é questão de alternativa ou substitutiva ao processo apensado. Após as discussões, o Conselheiro

Pedro Avellar manifestou o pedido de vista dos autos para analisar a situação da interessada. O Presidente encaminhou para discussão, sendo concedida vista. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 485/15. Interessada: Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin. Assunto: Impugnação ao resultado do concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2014, publicado no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o pedido de reconhecimento do ponto decorrente da tese apresentada e aprovada de autoria do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Em relação à declaração de gratuidade das palestras, diante da nova realidade normativa, voto pelo deferimento parcial do presente recurso, para fins reconhecer a pontuação referente às palestras remuneradas ou àquelas certificadas sem declaração de gratuidade proferidas a partir de 01/01/2013, data em que passou a vigorar a Deliberação nº 244/2012. O Conselheiro Pedro Avellar manifestou o pedido de vista dos autos para analisar a situação da interessada. O Presidente encaminhou para discussão, sendo concedida vista. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 495/15. Interessado: Davi Eduardo Depiné Filho. Assunto: Impugnação ao resultado do concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2013, publicado no Diário Oficial de 07 de março de 2015. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator informou que, segundo o interessado, sua exclusão deveu-se ao fato de que, no dia 31/12/13, ela exercia a função de Conselheiro nato. Todavia, ponderou que, como o edital do concurso em tela foi publicado no dia 18 de dezembro de 2014 e, nessa data, não mais exercia tal função, sua exclusão foi indevida. Nesse sentido, proferiu o voto no sentido de rejeitar a impugnação apresentada nos moldes do precedente analisado nos autos CSDP nº 122/14, de que o interessado, em 31/12/2013, exercia função de Conselheiro nato, incide em sua plenitude a vedação presente no artigo 117, parágrafo único, item II, da Lei nº 988/2006 e no artigo 6º, inciso II, da Deliberação nº 244/12. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar manifestou o pedido de vista dos autos para analisar a situação do interessado. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 497/15. Interessada: Luciana Machietto Talli Sandoval. Assunto: Impugnação ao resultado do concurso de promoção do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2014, publicado no Diário Oficial de 07 de março de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A relatora leu o relatório e proferiu o voto pela conversão do processo em diligência, a fim de encaminhar os autos ao Departamento de Recursos Humanos para análise das razões recursais. O Presidente encaminhou para discussão, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, converter o julgamento do processo em diligência. **Consigna-se que durante a discussão, o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo pediu que, após a deliberação dos certames de 2014, a Secretaria do Conselho Superior emitisse uma certidão, relativo ao ano de 2015, com relação à quinta parte. Apontou que a Secretaria do Conselho Superior deverá contatar o Departamento de Recursos Humanos as diligências necessárias para andamento dos processos de promoção, certificando posteriormente nos autos. CSDP nº 502/15 (Excetuado em pauta).** Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Lançamento da Revista da Defensoria Pública edição especial de Habitação e Urbanismo", a ser realizado no dia 08 de abril de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos Defensores e Servidores indicados pela Edepe, ressaltando que o Defensor Golin havia deixado de juntar a autorização do Coordenador, o qual o Terceiro Subdefensor diligenciou durante a sessão, autorizando o afastamento. O Presidente encaminhou para discussão, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Maria Beatriz de Alcantara Sa, Clint Rodrigues Correia, Jose Victor Ramos Nogueira, Rosely Galvão Mota, Danielle Gaiotto Junqueira, Juliana Alves de Almeida e José Henrique Jacob Golin Matos. Deliberou ainda, por unanimidade, nos termos do enunciado CSDP nº 04, indeferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Leandro de Castro Silva, Alessandro Valerio Follador, Marcelo Martiniano de Oliveira, Vanessa Chalegre, Vinicius Conceição Silva, e dos seguintes servidores/as: Marco Antonio de Oliveira Branco, Cristina Pereira de Oliveira e Mariana

Portugal Bonaldo. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselheiro Luis Gustavo informou que, após o resultado de consulta pública, na próxima semana, consultará o dia disponível do auditório para que possa ser agendado o dia de audiência pública, no prazo de 30 dias, a ser agendado. O Presidente encaminhou para discussão, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselheiro Bruno Napolitano leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de acolher parcialmente a proposta normativa apresentada pelo interessado, nos moldes da minuta de Deliberação alterada e apresentada, e destacou os seguintes pontos: a) Preliminar: mostra-se legal a votação pelos novos Conselheiros, ainda que em sentido diverso daquilo que já foi consignado nos autos pelos seus antecessores. b) Mérito: Da Legalidade da Limitação Temporal Funções de Confiança e Cargos em Comissão: mostra-se legal e oportuna a proposta apresentada pelo proponente, merecendo acolhimento por este Colegiado, respeitado os entendimentos divergentes. c) Abrangência da Proibição: Com o intuito de se assegurar o exato alcance da norma, é imperioso anotar que a limitação proposta deverá recair inclusive aos Defensores Públicos que, a despeito de não ocuparem estes cargos em comissão ou funções de confiança, exerçam a mesma atribuição em razão de designação para prestar serviços à Defensoria Pública-Geral, com prejuízo das suas atribuições. d) Tempo de Afastamento: Desse modo, acompanha-se a proposta em relação ao prazo de afastamento para que se estenda por até no máximo 08 (oito) anos, ainda que de forma intermitente. O Presidente encaminhou para discussão, e após as manifestações pontuais, deliberou-se dar continuidade na próxima sessão. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h25min, sendo prorrogados os demais processos da ordem do dia. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão

Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da pratica social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custa para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/14. Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 370/14. Interessada:

Coordenador da Regional de Taubaté. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Taubaté (10ª Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 376/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. (Processo CSDP nº). Interessados/as. (008/15). Alexandre Orsi Netto. (021/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (046/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (061/15). Otoniel Katumi Kinuti. (070/15). Leandro de Castro Silva. (074/15). Valeria Silva do Nascimento. (097/15). Gislaine Calixto. (108/15). Patricia Biagini Lopes. (118/15). Carlos Henrique Aciron Loureiro. (127/15). Marco Andre de Freitas. (139/15). Daniela Sollberger. (144/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (146/15). Denise de Souza Silva Caetano de Mello. (148/15). Samir Nicolau Nassralla. (154/15). Flavio Americo Frasseto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 060/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 177/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. (Processo CSDP nº). Interessados/as. (193/15). Eduardo Jacomo Teixeira. (194/15). Danielle Cristina Uemura. (195/15). Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles. (199/15). Karina Santos Salvador. (200/15). Guilherme Augusto Campos Bedin. (204/15). Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. (205/15). Alex Gomes Seixas. (208/15). Luiz Fernando Baby Miranda. (211/15). Cristina Emy Yokaichiya. (220/15). Douglas Ribeiro Basilio. (254/15). Alline Delbem. (264/15). Felipe Capra da Cunha Lopes. (272/15). Tatiana Aparecida Bordão da Silva. (276/15). Maira Canguçu Marfinati. (277/15). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo. (278/15). Fernando Artacho Carvalho Martins. (280/15). Danilo Martins Ortega. (283/15). Mariana de Souza Lima Lauand. (284/15). Aline Rodrigues Penha. (287/15). Tamara de Padua Capuano. (288/15). Marina Neves de Campos Mello. (289/15). Carla Pinheiro Martins. (290/15). Rafael Gandara D'Amico. (291/15). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes. (298/15). Lucia Thome Reinert. (299/15). Carolina Dalla Valle Bedicks. (303/15). Paulo Arthur Araujo de Lima. (304/15). Bernardo Faeda e Silva. (305/15). Milena Jackeline Reis. (306/15). Guilherme Diniz Barbosa. (307/15). Danilo Caetano Silvestre Torres. (308/15). Luciana de Oliveira Marçaioli. (309/15). Larissa Grimm Bakri. (310/15). Alexandra Pinheiro de Castro. (311/15). Fernanda Cukier dos Santos. (312/15). Glauco Mazetto Tavares Moreira. (313/15). Isabela Veloso Monreal. (314/15). Isadora Brandao Araujo da Silva. (325/15). Vivian Mantic Correia. (326/15). Vinicius da Paz Leite. (328/15). Andrew Toshio Hayama. (329/15). Luciana Pinheiro da Fonseca Ferraz. (330/15). Ana Braga Nobre Correia. (331/15). Deise Gomes da Cunha Tureta. (333/15). Renata Okano Gimenes. (336/15). Tatiana Mendes Soares Bachega. (337/15). Adriano Lino Mendonça. (338/15). Luciano Dal Sasso Masson. (344/15). Simone Lavelle Godoy de Oliveira. (349/15). Ilka Saito Millan. (350/15). Maria Clara Paletta Lomar. (355/15). Helena Lacerda Rodrigues Lage. (372/15). Maria Teresa Bastia Vichi. (373/15). Lilian Rodrigues Mano. (374/15). Rafael Soares da Silva Vieira. (385/15). Angelo de Camargo Dalben. (386/15). Julio Cesar Valese. (387/15). Nelise Christino de Castro Santos. (391/15). Octavio Augustus Cordeiro. (412/15). Thiago de Luna Cury. (422/15). Daniel Mobley Grillo. (465/15). Jordana de Matos Nunes Rolim. (480/15). Fabricio Feres Furlan. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infancia e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Luis Gustavo

Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 461/15. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da lei Complementar 988/06, que dispõe sobre o vencimento mensal dos membros da Defensoria Pública e dá outras providências. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/15. Interessada: Marcia Regina Garutti. Assunto: Pedido de suspensão da Deliberação CSDP nº 307/14 (que altera a Deliberação CSDP nº 10/06, que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 484/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 036/15. Interessado/a: Elthon Siecola Kersul. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 087/13. Interessado/a: Pedro Losa Loureiro Valim. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 115/13. Interessado/a: Ana Carolina Minutti. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 037/13. Interessado/a: Erica Marcilli Petroni. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 082/13. Interessado/a: Natasha Teixeira Gonçalves Souza. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 058/13. Interessado/a: Jose Gladston Viana Correia. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 084/13. Interessado/a: Paula Sant'anna Machado de Souza. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e sete dias do mês de março do ano de 2015.

Rafael Moraes Português de Souza
Presidente

Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral

Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro

Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro

Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro

Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro

Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral

Franciane de Fátima Marques
Representante da Apadep